

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.912 - PE (2018/0225932-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL  
AGRAVADO : FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA  
ADVOGADOS : PAULO ELÍSIO BRITO CARIBE - PE014451  
LUCIANO BRITO CARIBÉ E OUTRO(S) - PE017961  
GABRIELA MATTOS UCHÔA DE MORAES - PE042019  
INTERES. : DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E COMÉRCIO  
LTDA

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. QUESTÃO IDÊNTICA AO CASO ANALISADO PELA 1ª. TURMA, NO RESP 1.615.747/PE, TRANSITANDO EM JULGADO DIA 31.5.2017. DECADÊNCIA. REVISÃO DO LANÇAMENTO PARA INCLUIR A EMPRESA NO POLO PASSIVO APÓS O PRAZO DECADENCIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 392/STJ. INOCORRÊNCIA DE SUCESSÃO EMPRESARIAL RECHAÇADA POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DO ARESP 352.026/PE (TRÂNSITO EM JULGADO 9.9.2014). AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência deste STJ impede a substituição da CDA para modificação do sujeito passivo, como denota a Súmula 392, segundo a qual a Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

2. No caso concreto, observa-se que esta Corte já se deparou com o caso dos autos ao apreciar o REsp. 1.615.747/PE, transitando em julgado dia 31.5.2017, em que se reconheceu a decadência com a consequente exclusão do polo passivo da Execução Fiscal, a não observância da Súmula 392/STJ, bem como o afastamento de sucessão empresarial, pois essa tese já teria sido rechaçada por esta Corte, no julgamento do AREsp. 352.026/PE (trânsito em julgado 9.9.2014), que manteve o acórdão proferido pelo TJ/PE, que, analisando as premissas fáticas sobre a eventual responsabilidade da Recorrente, afastou a responsabilidade pela sucessão empresarial.

3. Amolda-se a este caso os mesmos fundamentos do que restou decidido pela 1ª. Turma (REsp. 1.615.747/PE), pois os débitos teriam sido constituídos em 12/2003 e o pedido de redirecionamento contra a Empresa só ocorreu em 2010. Ademais, a questão da sucessão empresarial já foi rechaçada por esta Corte, no julgamento do AREsp. 352.026/PE (trânsito em julgado 9.9.2014).

4. Diante disso, pela atuação a destempo, a inércia da Administração Pública extingue o direito de constituir o crédito tributário, por força do art. 173, I do CTN. Precedentes: AgRg no REsp. 1.405.517/AL, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.10.2015; AgRg no AREsp. 132.784/SP, Rel. Min.

GURGEL DE FARIA, DJe 1o.4.2016.

5. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR